

## I

1. **A** é médico dentista. No seu consultório, trabalham sob a sua direcção quatro funcionários: dois enfermeiros, e dois odontotécnicos. Os primeiros, mesmo na ausência de **A**, prestam serviços à clientela, tais como limpeza do tártaro dentário ou radiografias ao aparelho dentário. Os odontotécnicos, sempre na ausência de **A**, ocupam-se das próteses dentárias dos clientes. Tendo **A** comprado um automóvel e não tendo pago parte do preço, e sabido que é casado com **B** em regime de comunhão de adquiridos, sobre que bens pode tornar efectivo o seu direito o vendedor **C**?

2. **A** explora uma pedreira, em Coloane. Suponha que **A** entregou a gestão da sua empresa a **B**, determinando contudo que a contratação de pessoal teria de ser previamente autorizada por ele. Sabido que o contrato entre **A** e **B** não foi registado, e que este contratou **C**, engenheiro civil, para a empresa, poderá **A** recusar o pagamento do salário a **C**, invocando que o contrato de **C** é ineficaz, já que expressamente não deu a **B** poderes para a contratação de pessoal?

## II

Em 1/2/17, **A**, **B** e **C** constituíram a sociedade «Macaense -Viagens e Turismo Limitada», cujo objecto social é «exercer a actividade de promoção turística ». Cada um dos sócios entrou de imediato com 25.000 patacas, tendo **A**, ficado obrigado a realizar as remanescentes 25.000 patacas da sua participação, no prazo de 6 meses. Todos os sócios foram designados gerentes nos estatutos. As alterações aos estatutos necessitam do voto do **C**. O contrato foi registado em 1/3/17.

a) Logo em 2/3/17, **A**, com o acordo de **B**, mas na ausência de **C**, obteve um empréstimo do **Banco Y** no montante de 100.000 patacas, tendo, com este dinheiro e o das entradas já realizadas, comprado, como gerente, um automóvel.

No final do exercício de 2018, o activo da sociedade é 0 e a dívida ao **Banco Y** está por pagar. O **Banco Y** pretende responsabilizar os três sócios-gerentes, invocando a violação do princípio da intangibilidade do capital social, dado terem gasto as 75.000 patacas das entradas. *Quid juris?*

b) **C**, na qualidade de gerente, a solicitação da **sociedade transportadora J**, que prestava à «Macaense -Viagens e Turismo Limitada» serviços de transportes de passageiros mais baratos do que a concorrência, subscreveu uma fiança para com o **Banco Z**, para garantir o pagamento de um financiamento por este concedido à **sociedade transportadora J**. tendo **C** no acto declarado por escrito: “A prestação da presente fiança é do interesse da «Macaense -Viagens e Turismo Limitada» ”. **A** ratificou a constituição da fiança. **B** desconhece a constituição da fiança.

Não tendo a sociedade de transportes reembolsado o financiamento, o **Banco Z** vem exigir o respectivo pagamento à «Macaense -Viagens e Turismo Limitada». O sócio-gerente

**B**, tendo agora tomado conhecimento da fiança, pretende impugná-la, eximindo a sociedade ao respectivo pagamento. *Quid Iuris?*

c) Em assembleia geral, para o efeito convocada, foi deliberado pelos sócios a) exonerar o sócio **B** do cargo de gerente; b) introduzir uma cláusula nos estatutos segundo a qual dos lucros de exercício, depois de descontadas as verbas necessárias à constituição dos vários fundos de reserva, 50% seriam distribuídos pelos sócios; c) acrescentar uma cláusula aos estatutos, nos termos da qual os lucros passariam a ser distribuídos na seguinte proporção: 40% para **A**; 40% para **B**; 20% para **C**. A primeira deliberação foi tomada com os votos de **A** e contra de **B**, tendo-se **C** absterido; as deliberações b) e c) foram tomadas com os votos favoráveis de **A** e **B** e contra de **C**.

**B** pretende impugnar a deliberação a), e **C** pretende reagir contra as deliberações b) e c) tomadas na referida assembleia geral. Terá viabilidade a sua pretensão? E se, devidamente convocados, qualquer deles não tivesse comparecido?